RACIALIZAÇÃO EM GRANDES CIDADES BRASILEIRAS(SESSÃO LIVRE)

Renato Emerson dos Santos
IPPUR/UFRJ| E-mail: renatoemerson@ippur.ufrj.br
Eber Pires Marzulo
PROPUR-UFRGS | E-mail

Resumo publicizado: O olhar sobre as múltiplas dimensões do racismo que vem sendo apontadas nos estudos urbanos e na própria constituição de nossas cidades nos impõem, em consonância com a abordagem descolonial, refletir sobre a necessária complexificação da ideia de raça, lida na sua pluralidade de formas contextualizadas de "racialização" – de corpos, de culturas (matrizes e práticas), de grupos, de comunidades, de significações e dinâmicas simbólicas, entre outras formas que atravessam e organizam estruturas e experiências urbanas, a produção e a prática dos espaços urbanos. Esta Sessão Livre se propõetrazer um leque de formas de racialização em quatro grandes cidades brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Manaus. Temas como segregação e distribuição racial, racismo ambiental, invisiblização histórica de presenças negras, bem como as críticas epistemológicas negras, serão enfocados, buscando evidenciar a complexidade do racismo e do anti-racismo em suas variadas formas de espacialização.

Resumo geral:O debate sobre as relações raciais e suas expressões e dimensões nas cidades é um dos fundadores do próprio campo dos estudos urbanos. Exemplos como o livro "O negro da Filadelfia" de W.E.B. DuBois em 1899, e os estudos da própria Escola de Chicago, e no Brasil os livros de Donald Pierson ("Brancos e pretos na Bahia", 1942) e L.A. Costa Pinto ("O negro no Rio de Janeiro", 1953), com suas abordagens sobre distribuição racial desigual nas cidades, atestam a antiguidade do tema no campo. Se a emergência do discurso da "democracia racial" (denunciada como um "mito") e do paradigma marxista (que centra nas relações de classe as interpretações sobre os processos e as formas urbanas) invisibilizaram por décadas os debates sobre as dimensões raciais das nossas cidades, nas últimas décadas estudos vem sendo retomados, na esteira do fortalecimento das lutas antirracistas do Movimento Negro e das suas conquistas de políticas públicas de promoção da igualdade racial (aqui, estamos focando apenas a variante chamada "racismo anti-negro").

Se, na virada dos anos 1980 para os 1990 textos como os de Raquel Rolnik ("Territórios negros nas cidades brasileiras", 1988, revista Estudos Afro-Asiáticos), Muniz Sodré (livro "O

terreiro e a Cidade", 1988), ou de Edward Telles ("Segregação racial e crise urbana", 1993) já propunham um reposicionamento da temática racial nos estudos urbanos, na década de 2000 livros como o do próprio Telles ("Racismo à brasileira", 2003), de Andrelino Campos ("Do quilombo à favela", 2005), Maria Nilza da Silva ("Nem para todos é a cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo", 2006) e Antônia Garcia ("Mulheres da Cidade d'Oxum", 2006), entre outros, são exemplos da emergência de uma nova geração de estudos urbanos sobre as relações raciais. Esta geração de estudos recentes é parte deste novo contexto, de disputa por uma virada antirracista na produção do conhecimento científico, que através deles se presentifica também nos estudos urbanos. Nela, um amplo leque de nuances das relações raciais é revelado: as diferenças nos padrões de distribuição dos grupos raciais de residentes e suas relações com as desigualdades raciais nos indicadores sociais (que, assim, se inscrevem na estrutura urbana), o papel de políticas públicas de regulação, serviços e infraestrutura urbana (com destaque para as políticas de habitação) na produção destas desigualdades, os impactos raciais de grandes intervenções urbanas, dimensões urbanas do racismo contra manifestações culturais negras (sobretudo, as religiões de matriz africana), entre outros resultados espaciais do racismo. Mas, também, muitos estudos sobre agências sociais e protagonismos negros, como as lutas negras por cidade e memória, protagonismos negros (e, em particular, de mulheres negras) em lutas urbanas, espacializações de práticas e grupos culturais negros, territórios e territorialidades negras, "r-existências" negras através de matrizes de saberes e práticas culturais, entre outras. Tais trabalhos, que buscam "tornar visível o que era invisibilizado", para dialogar com os termos da planejadora LeonieSandercock ("Makingtheinvisiblevisible: a multicultural Planning History", 1998), combatem os epistemicídios decorrentes do racismo na produção do conhecimento, buscando desvendar e subverter a colonialidade do saber urbano.

O olhar sobre as múltiplas dimensões do racismo que vem sendo apontadas nos estudos urbanos e na própria constituição de nossas cidades nos impõem, em consonância com a abordagem descolonial, refletir sobre a necessária complexificação da ideia de raça. Aqui, vale uma releitura de Michael Banton ("The ideaofrace", 1977), que apontava a compreensão de raça como uma construção social do racismo, cujas expressões concretas deveriam então, ser compreendidas em suas variedades decorrentes de cada contexto histórico e geográfico em que tal sistema de dominação opera. É neste sentido que retomamos Aníbal Quijano, sociólogo peruano que defendia que a descolonização das nossas leituras sociais do capitalismo, principalmente no contexto latino-americano, passa pela centralidade da ideia de raça, como princípio classificatório básico da modernidade, e que organiza as próprias relações de classe. Daí, o autor propõe o deslocamento de "classe" para "classificação", como articulação plural e contextualizada das relações de poder, dominação e exploração. "Raça", neste sentido, também deve ser lida na sua pluralidade de formas contextualizadas de "racialização" – de corpos, de culturas (matrizes e práticas), de grupos, de comunidades, de significações e dinâmicas simbólicas, entre outras formas que

atravessam e organizam estruturas e experiências urbanas, a produção e a prática dos espaços urbanos.

Esta Sessão Livre se propõe uma contribuição neste sentido, focada nas manifestações espaciais e nos protagonismos de r-existência ao racismo anti-negro - variante que se diferencia e singulariza, por exemplo do racismo anti-indígena, anti-semita, entre outros, nos termos de Pierre-André Taguieff (em "La force duprejugé: essaisurleracisme et ses doublés", 1987). Partimos da diversidade regional brasileira, que em si já nos enseja diferentes formas de constituição das relações raciais e processos históricos de racialização: apesar de resultados sociais semelhantes (a brancura da riqueza e do poder, e a predominância de não-brancos, sobretudo negros, nas condições de desfavorecimento social), falar de racismo, raça e racialização em realidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Manaus nos traz diversidade de realidades. Além disso, pretendemos trazer um leque de formas de racialização. Enfocaremos a espacialização de desigualdades raciais, que grafa a estrutura centro-periferia das cidades, distribuindo de maneira desigual para os grupos raciais infraestruturas, equipamentos culturais, e também os impactos de grandes desastres. De outro lado, a sessão também traz formas diversas de r-existência de grupos e comunidades negras, tomando-se dinâmicas sócioespaciais distintas no processo de ocupação e afirmação das territorialidades destes grupos e comunidades permitindo se projetar convergências desde distinções na formação racializada no quadro da sociedade nacional brasileira, em diferentes cidades polarizadoras de quatro regiões do país.

No âmbito do campo do planejamento urbano e regional se busca tratar as distinções e convergências da experiência da estrutura racializada no espaço nacional, a fim de projetar o enfrentamento aos desafios contemporâneos como necessariamente tendo uma abordagem fundada na compreensão da racialização das relações sócioespaciais, particularmente urgentes em tempos de emergência climática e pandemias. Em última instância, interessa aprofundar os efeitos da estrutura racializada do espaço nacional, em especial nas grandes cidades e metrópoles.

Palavras-chave: Raça e cidade; Segregação racial; Racismo Ambiental; Racismo Epistêmico; Raça, Racismo e Racialização.

TÍTULO DA PALESTRA 1: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DESDE O RACISMO AMBIENTAL

Nome do palestrante 1: Eber Pires Marzulo
UFRGS | E-mail: eber.marzulo@ufrgs.br

A ideia de racismo ambiental deriva de abordagem que toma como parâmetro condições de acesso a urbanização e exposição a riscos ambientais em maior grau da população negra no Brasil. Há algo de constrangedor nos estudos espaço-territoriais, em especial no campo do

planejamento urbano e regional, na emergência recente na literatura acadêmica da estrutura urbana racializada das cidades brasileiras. O conhecimento sobre a maior proporção da população negra entre os pobres, em relação a sua proporção na população geral, e a ocupação pelos pobres da periferia das cidades e regiões metropolitanas com infraestruturas e serviços urbanos precários ou inexistentes está estabelecido há algumas décadas no campo PUR. Tem-se uma hegemonia nas abordagens na tradição da teoria crítica em estabelecer a relação entre a precariedade urbana e a posição e/ou situação de classe ou, em termos mais gerais, da acumulação capitalista, entendendo a questão da racialização da sociedade brasileira como secundária ou apenas derivada destas. Nas demais abordagens no campo PUR, em geral quantitativistas e/ou cientificistas, fundamentalmente se trata das questões espaço-territoriais como técnico-setoriais, sem problematizar as razões sócio-históricas das grandes questões urbano-regionais do país. Seja por entenderem a cidade, o urbano, ou mesmo o espaço e território como sistema ou organismo em busca desesperada pelo reconhecimento da legitimidade científica com base nos critérios de validação estabelecidos pelas hard-sciences ou ciências empírico-matemáticas; seja por uma reprodução ideológica de não reconhecimento da racialização que atravessa a sociedade nacional.Uma concepção de produção de conhecimento por princípio anticientífica, na medida em que se entenda o conhecimento científico como crítica ao conhecimento geral e cujo sentido é a superação do conhecimento estabelecido, ao mesmo tempo em que as concepções organicistas e sistêmicas da cidade e região não reconhecem as especificidades da produção das ciências sociais como autônomas e cujos critérios de validação e legitimidade, logo, lhe são próprios. Poderia-se ainda continuar a problematização sobre as transformações e autocrítica nos critérios de validação e legitimidade no âmbito das ditas ciências duras desde a interlocução com os parâmetros das ciências sociais, todavia se trata de questão particularmente densa e que necessitaria de elaboração focada apenas na questão. Importa aqui introduzir a questão do racismo ambiental, desde o desastre climático no RS, tendo-se presente as implicações que necessariamente traz de enfrentamento a tradição crítica e ao cientificismo no campo do planejamento urbano e regional. Embora a força de tais obstáculos epistemológicos, entende-se que a literatura contemporânea no âmbito das ciências sociais, em especial a produção autônoma e contra hegemônica de pensadores contra e descoloniais, vem construindo suporte para abordagens que superem os referenciais epistemológicos do pensamento eurocentrado.

TÍTULO DA PALESTRA 2: A “PRESENÇA DA AUSÊNCIA”: CONTRADIÇÕES SÓCIOHISTÓRICAS DO NEGRO NO AMAZONAS

Nome do palestrante 2: Rodrigo Capelato
Universidade Federal do Amazonas | E-mail: capelato@ufam.edu.br

A presença negra no Estado do Amazonas e particularmente na constituição da periferia dacidade de Manaus, se revela através de uma contradição histórica de apagamento da qual,ainda que tomado por uma série de eventos distintos, tem naqueles que sobreviveram aomassacre da Cabanagem (1835 a 1840), bem como na convivência com a “Paris dos Trópicos”(1890 a 1920), os principais episódios que marcam as chamadas territorialidades negras noAmazonas.

O primeiro, instalado no Período Regencial da história do Brasil, remonta a revolta dapopulação da Província do Grão-Pará (atual Estado de Belém) com a elite local diante dacondição de pobreza e miséria, cujo efeito, mesmo após a morte de mais de 30 mil “cabanos”,registrou um fluxo migratório disperso para o território do Estado do Amazonas (criado em1850), cuja capital, localizada no entorno do Forte de São José da Barra do Rio Negro, aindarevezava com Mariuá (atual município de Barcelos) até 1856, quando Manaus passou a capitaloficial do Estado do Amazonas. Neste período, sob forte discurso de proteção fronteiriça e deuma economia extrativista das chamadas “drogas do sertão”, os registros denotam aconvivência de relações entre indígenas e europeus, pois o negro - fugitivo ou liberto – nãoconstituiu o formato de exploração escravizada, como em outras regiões do Brasil. Condiçãoestendida para o segundo momento, porém, de exclusão intencionada, diante da higienizaçãourbana implementada pelo Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro que domesticou a cidadeatravés de códigos de posturas, expulsando para os arrabaldes de Manaus todo aquele quedestoasse do modelo importado da Europa, mesmo diante de registros históricos que relatama presença de “negros comerciantes” ou de “negras aguadeiras” que carregavam água paraas casas dos senhores da borrachaContudo, ainda que invisibilizados, a presença negra na cidade de Manaus registrou sua luta,bem como suas territorialidades, e neste sentido, cabe a essa sessão livre revelar a coragemda irmã Helena Augusta Walcott que, desde a década de 70, liderou o movimento por moradiaamazonense, atuando na criação de 15 bairros da periferia de Manaus e no assentamento decerca de 500 famílias. Ademais, este mesmo contexto marca a resistência do “Quilombo doBarranco”, localizado no bairro da Praça 14 de Janeiro, na área central de Manaus, ondeseguem tensionados pela urbanização frente a resistência da negritude maranhense, suamemória, sua fé e devoção em São Benedito, seu santo protetor.

TÍTULO DA PALESTRA 3: CONSTRUÇÕES POLÍTICAS E RACIAIS: REFLETINDO SOBRE OS ESPAÇOS E A ARQUITETURA PÚBLICA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Nome do palestrante 3: Reginaldo Braga Silva Jr.
IPPUR-UFRJ | E-mail: reginaldobraga.junior@gmail.com

Nesta sessão livre, a partir da pesquisa de doutorado do autor, buscamos debater algumas lacunas no campo dos estudos urbanos: da arquitetura pública em suas relações com a cidade; e das questões raciais na produção do conhecimento arquitetônico. Pretendemos refletir sobre como a arquitetura pública de uso cultural impacta as experiências de espaço e os sentidos de lugar de grupos negros na cidade. Para isso, temos como principal recorte os espaços e equipamentos públicos de uso cultural. A partir disso, construímos algumas questões. O que os padrões gerais dessa arquitetura podem revelar em suas distinções na estrutura urbana, entre centro e periferia? Como a colonialidade e os processos de racialização da ideia de público e da produção de conhecimento arquitetônico no Brasil incidem na concepção dos equipamentos de cultura? Discutimos a concepção desses equipamentos e a cidade dentro de uma visão de construção social, política e espacial indissociável, o que nos leva à necessidade de uma análise racializada da arquitetura pública em diálogo com as abordagens relacionais de espaço. Os marcos teóricos principais são as perspectivas decoloniais do poder e do conhecimento, na perspectiva das relações raciais. Os resultados da pesquisa confirmam algumas hipóteses iniciais do trabalho: (i) que as concepções de arquitetura pública e as práticas do Estado permanecem fundamentadas no sujeito branco como referencial de universalidade; (ii) que a padronização arquitetônica nos usos culturais é uma característica dos equipamentos públicos da periferia; (iii) os equipamentos culturais das áreas centrais da cidade, por outro lado, tendem a simbolizar singularidade e contribuir para a "identidade carioca", e do lugar, nas múltiplas escalas em que esta se manifesta. Iremos abordar também os impactos da referida pesquisa nas experiências de ensino do autor, em especial na disciplina "Construção políticas e raciais: o projeto do espaço público a partir de uma leitura racializada de cidade. Neste curso, partimos da premissa que as diversas modalidades de projetos urbanos e da paisagem, incluindo aqui as intervenções no espaço público, refletem, inevitavelmente, as construções sociais que produzem o espaço urbano cotidianamente. Portanto, não há como se pensar novas bases de transformação das cidades sem um aprofundamento nessa teia de fenômenos sociais e políticos, onde se constituem as relações raciais. Nesse sentido, o principal objetivo da disciplina foi debater as leituras racializadas das cidades e provocar reflexões sobre outros sistemas de referências espaciais, funcionais e estéticos, gerando concepções de espaços públicos antirracistas e efetivamente multiculturais.

TÍTULO DA PALESTRA 4: CIDADE E ESTUDOS NEGROS

Nome do palestrante 4: Glória Cecília Figueiredo
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FA-UFBA) | E-mail: gloriaceciliaf45@gmail.com

Movimentando diálogos entre os estudos urbanos, a teoria preta radical e a crítica ecológica, abordamos um campo ampliado e diaspórico do pensamento negro radical, conectando linhas críticas de "in(ter)venção" que confluem no reconhecimento de (para)ontologias negras conformadas no enlace das suas persistências existenciais generativas face ao antagonismo geral.

O Afropessimismo tem um lugar decisivo nessa delimitação, assinalando as condições comuns de diferentes mundos da vida negra que traçam linhas de continuidade ao evento da escravidão racial nos arranjos sociais pós-abolições formais. Um "campo semântico global estruturado pela solidariedade anti-negra" enfatizaria a "condição — ou relação — de morte ontológica". Essa divergência irredutível teria sido negligenciada pela crítica ao pensamento moderno e pelas teorias raciais contemporâneas, que ignoraram o racial na produção do humano.

No Brasil, notamos que as ciências sociais e humanidades têm sido atravessadas por certa virada racial, recuperando as obras de pensadora/es como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Leda Maria Martins, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, dentre outra/os. Essa retomada amplifica e atualiza a inflexão discursiva do movimento negro brasileiro, que desde a sua emergência nos anos de 1970, elaborou uma identidade política insurgente para os negros brasileiros.

Alargando um mapa de "sensibilidades negras insurgentes e críticas", retomamos e desdobramos questões ressonantes pelas quais experimentamos pensar Salvador como uma cidade negra. Além de ser um lugar habitado principalmente por uma população racializada como negra, qualquer fenômeno urbano em Salvador é inseparável das complexidades e da violência típicas dos locais de encontro racial. Essa elaboração parte de experiências colaborativas que têm reunido pesquisadoras e diferentes movimentos e coletivos de Salvador em torno de lutas urbanas no Centro Histórico e no Subúrbio Ferroviário desta cidade. Essas lutas de algum modo enfrentam iniciativas urbanas realizadas ciclicamente pelas elites e porta-vozes oficiais de Salvador que, sob os discursos da modernização e/ou do desenvolvimento, sempre ameaçam as formas improvisadas de habitar a cidade negra. Argumentamos que tais lutas urbanas traçam uma continuidade com as lutas históricas pela afirmação da vida negra em locais de violência racial. Movimentamos um diálogo entre os estudos urbanos, crítica ecológica e o pensamento negro radical, articulando ideias de cidade negra efugitividades.

TÍTULO DA PALESTRA 5: DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO RACIAL EM GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

Nome do palestrante 5: Renato Emerson dos Santos
IPPUR-UFRJ | renatoemerson@ippur.ufrj.br

Esta apresentação discutirá padrões de distribuição e segregação racial em grandes cidades brasileiras. Serão apresentados mapas a partir dos dados dos Censos do IBGE de 2000, 2010 e 2022, debatendo padrões de concentração de brancos e negros. Assim, o modelo de racismo universalista que se tornou hegemônico no Brasil, mais marcadamente a partir da metade do Século XX, batizado de "democracia racial", engendra padrões de distribuição racial onde a pobreza vai ter cor predominantemente negra, mas também atinge brancos. E, diferentemente do que ocorre em sociedades onde predomina o modelo de racismo diferencialista, nas quais a separação racial se absolutiza (casos dos EUA, África do Sul ou mesmo da Alemanha nazista), aqui a diferenciação na distribuição racial opera por predominâncias: brancos predominam nos bairros e nos espaços da riqueza e do poder; negros predominam nos espaços da pobreza e da carência. Trataremos tais padrões de predominância, que não são homogêneos. Os ensaios de mapeamentos mostram, tomando o exemplo do Rio de Janeiro, que a quase exclusividade racial (concentrações acima de 80% de um mesmo grupo racial) é característica dos bairros mais brancos e mais ricos, mas não ocorre no caso dos bairros mais negros e mais pobres. Discutiremos os efeitos destes padrões de distribuição em diversas escalas (da metrópole, do município e dos bairros), problematizando como tais padrões influenciam tanto nas experiências espaciais (de brancos e negros) quanto nas próprias percepções e valorações simbólicas atribuídas à ideia de raça e à cidade.